

## 2. A contingência da linguagem

### 2.1) Introdução a concepção de Rorty sobre a Contingência da Linguagem

A idéia de Rorty acerca da contingência da linguagem é apresentada, principalmente, em seu livro “*Contingência, Ironia e Solidariedade*” (1989), no intuito de desfazer-se da tentativa de tomar a linguagem como um tópico transcendental, independente da relativização histórica. Esse é um trabalho que desenvolve e retoma concepções, como, por exemplo, do segundo Wittgenstein e de Donald Davidson, que defendem que não há nenhuma entidade lingüística que exista intrinsecamente sem relação alguma, não havendo uma palavra que, mesmo apesar de não ter nenhum espaço em uma prática social, possua um significado, isto é, não existe um elemento que tenha um significado que seja anterior à linguagem humana.

Essa é uma visão que busca escapar à idéia de que a função da filosofia da linguagem seria a de produzir condições de descritibilidade, ou seja, de oferecer as condições *a priori* da atividade de descrever ao defender a existência de uma “forma inalterável” do mundo, que nos possibilitaria construir imagens, descrições do mundo. Por isso, essa é uma tentativa de desvencilhamento do projeto de encontrar condições não-empíricas para a possibilidade da descrição lingüística.

Como já apontado na introdução, essa postura é denominada por Rorty de anti-representacionista, que defende a concepção de que nunca teremos condições de apreender uma realidade que não seja mediada por uma descrição lingüística, ou seja, defende que todo o conhecimento só pode ser uma descrição, e não uma representação da natureza intrínseca da realidade.

Isso significa uma tentativa de superação da idéia de que talvez nunca conheçamos a realidade, por haver um véu entre nós e a realidade, que nos impede de conhecer a natureza intrínseca das coisas.

Muitos filósofos acreditam que essa barreira é formada pela linguagem, que impõe aos objetos características que podem não ser intrínsecas a eles. Rorty, porém, defende a idéia de que não existe uma característica intrínseca das coisas. A linguagem, dessa maneira, não poderia produzir distorções da realidade, pois ela não seria um meio de representar os objetos, mas sim um intercâmbio de sinais

e ruídos executados com o fim de alcançar um determinado objetivo, por exemplo, a tentativa de se comunicar.

A partir do exposto, a concepção de contingência da linguagem desenvolvida por Rorty será apresentada no intuito mostrar de que forma Rorty busca apontar para a concepção de linguagem como uma ferramenta, e não mais como imagem ou representação de uma realidade *a priori* do mundo, ao definir a contingência da linguagem como o fato de não podermos encontrar um metavocabulário, que de alguma maneira, abarque e envolva todos os vocabulários e maneiras de julgar possíveis no nosso mundo.

Rorty afirma que o trabalho de Donald Davidson sobre a metáfora desempenha um papel central no desenvolvimento de sua concepção sobre a contingência da linguagem, e, desta maneira, como parte importante da reflexão de Rorty sobre o tema, a seção seguinte trabalhará a concepção de Donald Davidson sobre a metáfora.

## 2.2) A natureza da metáfora em Donald Davidson

No Artigo “*Filosofia como ciência, como metáfora e como política*” (Rorty, 1999), na seção 2 intitulada “*A metáfora como ponto de crescimento da linguagem*”, Rorty inicia fazendo o que chama de uma afirmação curta e dogmática: “*há três maneiras através das quais novas crenças podem ser adicionadas a nossas crenças anteriores, forçando-nos conseqüentemente a reformular a trama de nossas crenças e desejos, a saber: percepção, inferência e metáfora* (Rorty,1999: 26).

No caso da percepção, há uma alteração das nossas crenças ao introduzir uma outra nova, sendo por isso, um novo elemento a ser acrescentado e adaptado à rede de crenças anteriores. Se, por exemplo, notarmos uma pessoa amiga fazendo alguma coisa que não esperávamos que fosse capaz de fazer, deveremos repensar e readaptar nossas crenças referentes a tal pessoa.

Na inferência, podemos compreender como se dá a modificação das nossas crenças através do exemplo de um raciocínio lógico que nos leva a uma conclusão que não esperávamos chegar. Isso nos leva a repensar as crenças que foram premissas para tal raciocínio lógico ou, então, buscamos adaptar essa inesperada conclusão à nossa rede de crenças.

Para Rorty, nesses dois casos, o da percepção e o da inferência, não há uma alteração na linguagem quanto ao domínio de possibilidades. Os elementos que foram alterados na nossa rede de crenças já estavam presentes em nossa linguagem, pois eles somente alteraram os valores de verdade das sentenças, mas não o nosso repertório de sentenças. Admitir que essas duas são as únicas maneiras que nos permitem alterar nossa rede de crenças e desejos é admitir, para Rorty, que toda linguagem que temos hoje é a linguagem que sempre precisaremos.

Em contrapartida, considerar a metáfora como também sendo uma fonte de nossas crenças e desejos, é considerar que a linguagem, sob a perspectiva do domínio de possibilidades, é infinda. Sob esse ponto de vista, o uso metafórico da linguagem pode expandir o espaço lógico de possibilidades, ao ser possível modificar a linguagem através de novas invenções. As metáforas, para Rorty, não possuem uma função unicamente “ornamental” ou são exclusivas às construções

poéticas, mas são sentenças precursoras de novos usos da linguagem, usos esses que podem transformar e eliminar velhos usos.

A maioria das metáforas quando criadas tomam forma de sentenças que inicialmente parecem falsas, mas podemos observar que algumas delas, como, por exemplo, “A terra se move em torno do sol”, com o passar do tempo foram se tornando sentenças candidatas a verdade. Isso ocorre porque nesse espaço de tempo, vamos ampliando o domínio de possibilidade de nossas crenças para que essas afirmações, que inicialmente parecem absurdas, possam se tornar literais.

Essa perspectiva rompe com a visão de que a filosofia é somente buscar tornar explícito o que está implícito, e de que a linguagem já está completa, pronta e por isso, cabendo-nos somente compreender cada vez mais a estrutura lingüística sem crer na sua modificação ou ampliação, onde haveria “*um esquema, uma matriz permanente e neutra de possibilidades, que subjaz a todas as nossas investigações e práticas*” (Rorty, 1999: 28).

Isso significa, mais especificamente, que ao considerarmos a metáfora juntamente com a percepção e a inferência como um instrumento para termos nossos usos de crenças e desejos, ou seja, como uma fonte de novas crenças e desejos, é pensar na linguagem como algo que não está pronto, a espera de ser descoberto, mas ao contrário, que vai sendo feita ao longo de nossa história como fruto da contingência das nossas necessidades e desejos.

Neste contexto e sob o ponto de vista neopragmático de Richard Rorty, o papel do filósofo é o de um pensador que está a serviço de sua comunidade, desenvolvendo instrumentos que gerem o progresso social; tornando de alguma maneira as coisas mais fáceis para sua sociedade. O papel do filósofo, portanto, é o de reformular a trama de crenças e desejos, sendo um processo de literalização das metáforas criadas pelo pensador.

O processo permanente de literalização das metáforas tem como consequência uma flexibilidade nas crenças e desejos compartilhadas, assim como na linguagem na qual a estabelecemos. “*Isso significa admitir que os termos nos quais nós estabelecemos nossas convicções e esperanças comunais estão fadados à obsolência, que nós sempre precisaremos de novas metáforas, novos espaços lógicos, novos jargões, que nunca haverá um lugar de repouso final para o pensamento, nem uma filosofia social que seja uma ciência rigorosa ( strenge Wissenschaft)*” (Rorty, 1999 :33-34).

A metáfora tem um papel central na concepção de Rorty sobre a contingência da linguagem, e o tema em grande parte é resultado de uma análise e de uma interpretação do pensamento de Donald Davidson acerca da metáfora, por isso, inicio o trabalho neste primeiro capítulo apresentando a concepção de Davidson sobre a metáfora, onde tenho como principal referência seu artigo “*What Metaphors mean*” (Davidson, 1985), no intuito de ter uma melhor compreensão sobre o trabalho de Rorty referente a esta questão.

Em seu artigo “*What Metaphors mean*” (Davidson, 1985), Davidson afirma que a metáfora é o “*dreamwork*” (trabalho do sonho) da linguagem, e por isso, a interpretação de uma metáfora recai tanto no intérprete quanto no seu criador. Assim, como nos sonhos, o trabalho de se compreender uma metáfora é um ato da imaginação, um esforço criativo, que não pode ser descrito por regras.

Contudo, esse tipo de observação não traz nenhum elemento que distingue a metáfora de outras transações lingüísticas rotineiras, isto é, o que diferencia o alcance de uma metáfora de outras construções lingüísticas comuns não são os recursos semânticos, e isso tem como consequência a afirmação de Davidson de “*que as metáforas significam o que as palavras, em sua interpretação mais literal, significam e nada mais*” (Davidson, 1985: 245).

Esta afirmação busca se contrapor à idéia de que a metáfora tem outro sentido ou significado, em adição ao seu sentido ou significado literal. Contudo, Davidson defende que sua perspectiva não está de acordo com um pensamento mais tradicional que vê a metáfora não pertencendo a nenhum conteúdo cognitivo adicional ao literal, mas que, no entanto, tem um caráter confuso, inapropriado ao discurso mais sério, científico ou até mesmo filosófico. Ao contrário, a perspectiva de Davidson defende que a metáfora é um mecanismo legítimo não somente para literatura, mas para ciência, filosofia, direito etc...

Como o que Davidson pensa sobre a metáfora se opõe de uma maneira geral às opiniões contemporâneas, o seu trabalho acerca do tema desenvolve-se através de um exame de algumas concepções que considera falsas acerca da natureza da metáfora e de uma diálogo de contraposição e introdução de suas alegações positivas. No entanto, antecipa que a questão central que permeará suas formulações consiste na distinção entre o que as palavras significam e para o quê elas são usadas, defendendo que a metáfora pertence exclusivamente ao domínio do uso. A metáfora está relacionada ao emprego imaginativo das palavras e

sentenças; e isso depende inteiramente dos significados ordinários dessas palavras e sentenças.

A primeira concepção apresentada é aquela que tem como base a percepção de que *“uma metáfora nos faz notar certa semelhança, freqüentemente uma semelhança nova ou surpreendente entre duas ou mais coisas”* (Davidson,1985: 247) . Suponhamos: “O espírito de Deus moveu-se na face das águas”; ao apreciarmos a palavra “face” nesse contexto, notamos que está aplicada a “águas”, assumindo, sob o ponto de vista apresentado, um significado novo ou estendido, pois, neste exemplo, a palavra “face” se aplica a faces comuns e, além disso, a águas.

Considerando que a palavra ‘face’ possa ter um novo significado nesta metáfora, e, por isso, passa a se aplicar direta e corretamente a águas, nota-se que a força da metáfora se esvai: a tensão que o sentido original da palavra exerce no contexto metafórico é desfeita quando o significado é estendido para abranger o novo uso. Ademais, se pensarmos nas metáforas como significados estendidos, não haverá distinção entre a introdução de um novo termo no nosso vocabulário e uma metáfora. Portanto, o sentido original da palavra deve permanecer ativo no cenário metafórico. Por isso, desconsidera-se a metáfora como tendo a função de inserir um significado novo.

Então, podemos pensar na metáfora como um tipo de ambigüidade. Essa perspectiva será a segunda concepção possível que Davidson busca analisar, apresentada sobre a natureza da metáfora. A ambigüidade se daria no contexto metafórico através da dúvida entre o significado original e o novo significado (figurativo), e a força da metáfora consistiria nessa incerteza oscilante entre os dois significados. Davidson acredita que esse pensamento é incorreto, pois no contexto metafórico na maioria das vezes não ocorre a dúvida quanto ao significado da palavra; nós não hesitamos em reconhecer que uma palavra está sendo usada metaforicamente. Raramente ficamos em dúvida se uma palavra está sendo utilizada metaforicamente ou não: nós hesitamos mais comumente quanto a decidir entre as diversas interpretações que temos da metáfora, sendo que este tipo de hesitação não afeta na eficácia da mesma.

Porém, podemos pensar em outro tipo de ambigüidade: uma palavra pode ao mesmo tempo apresentar dois significados diferentes, ou melhor, o que aparenta ser uma única palavra é de fato duas. Em uma frase, por exemplo, onde manga é

utilizada ao mesmo tempo como fruta e como parte de uma roupa; isto pode ser considerado um trocadilho, um jogo de significado, onde duas palavras são usadas ao mesmo tempo produzindo uma ambigüidade, que será resolvida e compreendida se encontrarmos os devidos significados. Na metáfora, contudo, não acontece o mesmo: não é uma situação onde se apresenta uma ambigüidade de significados, pois o sentido da palavra, quando compreendido, se mantém ao decorrer da leitura da passagem metafórica sem necessitar de reiteração.

Uma variação possível desse tipo de ambigüidade é se considerarmos a(s) palavra(as)-chave de uma metáfora contendo ambos o significado original e o figurativo (metafórico) concomitantemente, sendo que o original permaneceria latente e o figurativo estaria diretamente manifesto no contexto da metáfora, havendo uma regra que conectaria esses dois sentidos, que permitiria essa existência contínua de sentidos.

Nesse tipo de perspectiva, por mais que o sentido original tenha um papel latente no cenário metafórico, a palavra tem um significado diferente no contexto metafórico. Ou seja, na metáfora, a palavra terá um outro significado que não o comum. *“Devemos concordar que, de certo modo, faz relativamente pouca diferença se, num dado contexto, pensamos ou não que uma palavra está sendo usada metaforicamente ou de um modo anteriormente não conhecido, porém literal”* (Davidson, 1985 :251-252).

Nesse momento, Davidson lança mão de uma distinção entre aprender um novo uso para uma antiga palavra e usar uma palavra já compreendida, sendo que no primeiro caso o que está em foco é a linguagem, e no segundo caso, sobre o que é a linguagem. Até aqui, a questão que percorre as concepções apresentadas concerne nessa distinção. Para Davidson, o problema dessas perspectivas consiste no fato de que elas tentam avaliar a natureza da metáfora sob o foco da linguagem, do significado, buscando encontrar esclarecimento sobre a questão no sentido que as palavras têm num contexto metafórico, como se pudéssemos encontrar algum tipo de guia ou regra para a compreensão da metáfora. Porém, como já apontado, Davidson acredita que a força da metáfora não consiste em um sentido diferente ou novo da palavra, pois defende que as palavras não significam nada mais que o significado comum no cenário metafórico, e que a mágica está no uso criativo, imaginativo da palavra.

Assim, enquanto que na ambigüidade a palavra tem um significado novo, na metáfora não é a novidade do significado que está em questão. Isso é facilmente explicado ao pensarmos que um uso novo rapidamente, ao ser conhecido, torna-se velho, enquanto que a metáfora pode permanecer viva e forte mesmo que seja lida repetidas vezes. Por conseguinte, não podemos tomar a metáfora como uma ambigüidade.

A próxima concepção possível de metáfora a ser avaliada é uma outra teoria do significado figurativo ou especial das palavras associada à concepção de símile: o significado figurativo de uma metáfora sendo equiparado ao significado literal do símile correspondente. Por exemplo: “Cristo era um cronômetro” (sentido figurativo) tem como símile correspondente: “Cristo era como um cronômetro”. Esse tipo de teoria tem como falha tomar a interpretação de uma metáfora demasiadamente fácil e acessível; pois se sabe que muitas vezes compreender uma metáfora demanda um esforço imaginativo, que, ao contrário, sob esse ponto de vista, seria por demais simplificado, pois teria como objetivo torná-la rapidamente compreensível por qualquer pessoa, sem muito trabalho.

Além do mais, como no exemplo “Cristo era um cronômetro”, podemos notar que o símile correspondente somente indica uma similaridade a ser observada, mas não aponta nada mais do que a própria metáfora o faz. Ou seja, não há como defender que, no cenário metafórico, a palavra tem um sentido figurativo que pode ser explicado por um símile, pois este não faz mais do que apontar uma similaridade literal, que é também o que a metáfora faz. *“Uma metáfora dirige a atenção para os mesmos tipos de similaridade, se não para as mesmas similaridades, do símile correspondente. Porém, então, as analogias e paralelos inesperados e sutis, que é tarefa da metáfora promover, não precisam depender, para a sua promoção, de nada mais que o significado literal das palavras”* (Davidson,1985 :256).

Outro ponto em que a analogia entre símile correspondente e metáfora é falha consiste na questão da falsidade e veracidade. Enquanto um símile sempre é verdadeiro, as maiorias das metáforas, num sentido comum, são falsas. Isso porque, ao percebermos o absurdo ou contradição de uma sentença, notamos o convite (respeitadas as circunstâncias) para tomá-la como metafórica e começamos a procurar uma interpretação para o aparente absurdo. Contudo, a falsidade patente não é necessária a constituição de uma metáfora, pois a verdade

patente também servirá metaforicamente; tomemos o exemplo “negócio é negócio”, é óbvio demais para se considerar que o que está em questão é uso comum da palavra e, por isso, somos convidados a pensar em um outro uso para a mesma.

Uma outra comparação que Davidson considera como importante para o entendimento da natureza da metáfora é a comparação entre contar uma mentira e fazer uma metáfora. Esta comparação é apropriada, pois nos dois casos o ponto em questão não é o significado das palavras, mas o seu uso.

Na mentira, o que precisa ser enfatizado não é o fato da pessoa estar dizendo uma mentira, mas sim que a pessoa mentirosa acredite que está afirmando uma mentira. Como, muitas vezes, só acreditamos em sentenças verdadeiras e desacreditamos as falsas, normalmente uma mentira é falsa, porém isso é acidental quanto a sua natureza. Portanto, a diferença entre a mentira e a metáfora não é quanto ao significado das palavras utilizadas, mas o uso das mesmas que é feito em cada contexto de forma diferente. Na metáfora, não há o uso intencional de afirmar uma falsidade, enquanto que na mentira este é o ponto central.

Podemos notar que nesse estudo apresentado de possíveis teorias acerca da natureza da metáfora, o ponto central que Davidson busca contrapor é a crença de um conteúdo cognitivo, um significado especial da palavra no cenário metafórico. A sua tese defende que a “magia”, o diferencial da metáfora não é a utilização de um outro significado que não o comum, mas sim a força do uso da palavra literal num contexto totalmente inusitado. A força está na tensão, naquilo que faz saltar os olhos. Seria por demais simples pensarmos num significado distinto, fixo e novo. A tensão está na palavra, ao significar exatamente o que significa literalmente, e estar num contexto inesperado.

Davidson não discorda das teorias aqui apresentadas quanto ao fato da metáfora chamar a atenção para algo ainda não pensado, uma similaridade inesperada, mas o seu ponto de contradição consiste na postura frente a esse inesperado. Enquanto as teorias aqui expostas tratam do fator inusitado somente como um novo termo, como um novo significado, Davidson considera que pensar a metáfora não é pensar somente na linguagem, mas é pensar a linguagem no mundo, como um uso novo e criativo.

Deveríamos suspeitar de um conteúdo cognitivo metafórico, pois muitas vezes é difícil decidir quanto a esse conteúdo. Comumente, vem a nossa cabeça

diversas interpretações de uma única metáfora, e seria uma grande limitação termos que decidir uma dentre todas, visto que não há limite naquilo que a metáfora nos atrai à atenção. Além do mais, muitas das coisas que notamos em uma metáfora não é proposicional por natureza. Como poderíamos apontar de forma definida e finita as coisas que nos são suscitadas frente a um quadro, por exemplo, de Picasso? Poderíamos certamente citar muitas coisas, mas pensar que nossas emoções podem ou devem ser limitadas de forma proposicional não é cabível para tal situação.

É interessante compreendermos a metáfora a partir da idéia do uso literal deslocado e inesperado, que prioriza seu caráter criativo e imaginativo. Esta apresentação do trabalho de Davidson tem uma grande importância, pois seu foco não é o significado, mas o uso que está em questão, e este é um ponto crucial para entendermos a concepção de Rorty sobre a linguagem. Após uma breve introdução sobre a concepção de Davidson sobre a metáfora, a seção seguinte tratará sobre o desenvolvimento da concepção de Richard Rorty sobre a contingência da linguagem.

### 2.3) A contingência da linguagem em Richard Rorty

Após uma apresentação sobre o trabalho de Donald Davidson sobre a metáfora, passo a trabalhar nesta seção o projeto de Richard Rorty sobre sua concepção sobre a contingência da linguagem.

Para Rorty, a cerca de um pouco mais de duzentos anos, com a Revolução Francesa, a idéia de que a verdade era feita e não descoberta começou a ser difundida pela Europa, como resultado da grande modificação suscitada nas relações e instituições sociais gerada pela Revolução. Junto disso, a poesia romântica já tentava mostrar a arte pensada não como imitação, mas como autocriação do artista, *“os poetas reclamavam para a arte o mesmo lugar na cultura que o tradicionalmente ocupado pela religião e pela filosofia, o mesmo lugar que o Iluminismo tinha reclamado para ciência”* (Rorty, 1989:3). Essas duas tendências geraram uma ruptura no pensamento filosófico, pois uma parte dos filósofos aderiu a essa nova concepção, e uma outra parte se manteve fiel ao Iluminismo, a racionalidade e objetividade da ciência.

O primeiro tipo de filósofo vê a ciência não mais como o saber último, mas como uma descrição importante (como uma ferramenta importante) para um determinado fim, que tem seu valor equiparado com as descrições poéticas e de pensadores políticos (dentre outros), pois suas descrições são úteis para diferentes fins. Isso significa dizer que nenhum tipo de descrição pode ser considerado como melhor do que o outro, pois são instrumentos desenvolvidos para objetivos distintos. Além disso, esse grupo de filósofos não defende que alguma delas seja uma descrição melhor por representar mais adequadamente como o mundo é em si próprio, pois não acredita que isso tenha algum valor ou sentido.

A existência desse tipo de pensamento filosófico é muito recente (como já dito, cerca de duzentos anos). Ele surge a partir de tentativas como a de Hegel e Kant de ver o mundo da ciência empírica como um mundo feito e não descoberto: Kant buscou conferir à ciência um âmbito de verdade de segunda ordem, a verdade do mundo fenomênico; enquanto que Hegel pensou as ciências naturais como uma descrição do espírito ainda não plenamente consciente da sua própria natureza espiritual.

Contudo, Rorty acredita que o trabalho do Idealismo Alemão hegeliano não foi suficiente, pois defendia a ciência como um tipo de saber inferior que era feito

e não descoberto, enquanto que o domínio da filosofia trataria da natureza intrínseca do ser humano e do mundo, que não era feito ou criado, mas que podia ser descoberto por esse tipo de saber.

O que faltou para essa corrente do pensamento alemão, para Rorty, foi abandonar por completo a idéia da existência de uma natureza intrínseca a ser descoberta ou representada, seja a partir da mente, da matéria, do eu ou do mundo.

Nesse ponto, é preciso fazer uma distinção entre a idéia de que o mundo está diante de nós e a idéia de que a verdade está diante de nós. A primeira tese é simplesmente afirmar que o mundo diante de nós não é uma criação nossa, que com toda certeza ele já existia antes do surgimento de qualquer ser humano, que não é efeito da criação da mente humana, no sentido de que a maioria das coisas presentes no espaço e no tempo não é causa da criação humana. Enquanto que afirmar que a verdade está diante de nós é presumir que existe uma realidade intrínseca ao ser humano e às suas criações, que é pré-existente ou independente de qualquer ser humano.

Para Rorty, a verdade é uma qualidade das nossas descrições, das nossas frases, e elas são elementos da linguagem humana, que é uma criação humana. Ou seja, não há como falar de uma realidade da verdade que seja independente da existência humana, pois *“a verdade não pode estar diante de nós – não pode existir independente da mente humana – porque as frases não podem existir dessa maneira ou estar diante de nós dessa maneira”* (Rorty, 1989:25).

O que basicamente Rorty busca mostrar é que as diversas linguagens presentes ou que já existiram no mundo são criações humanas ao invés de descobertas e, conseqüentemente, a mesma coisa pode ser dita da verdade, já que esta é uma propriedade das entidades lingüísticas, das frases.

Neste ponto, pra tornar mais claro o que se pretende defender com esta afirmação, apresentarei brevemente o pensamento de Rorty sobre a questão da verdade.

A teoria neopragmática de Rorty sobre a verdade tem o objetivo de desvencilhar-se das influências dos dualismos metafísicos típicos; como as distinções entre essência e acidente, aparência e realidade, sendo tal posição denominada de antiessencialista.

A presente concepção pauta-se na crítica em relação à existência de uma realidade intrínseca das coisas, e de que a natureza da verdade estaria associada a uma correspondência com essa realidade.

Grande parte do que Rorty fala em seus textos sobre a verdade desenvolve-se através de um diálogo com Donald Davidson e sua teoria semântica da verdade. Ambos concordam que a verdade não pode ser tida como uma correspondência, como uma representação, mas discordam em alguns pontos quanto à solução que apontam para essa questão.

Enquanto que para Davidson (2002), os nossos conceitos podem ser verdadeiros e utilmente descrever uma realidade objetiva, para Rorty (1998) a verdade não deve ser um objetivo da reflexão filosófica, pois “*o objetivo da investigação é procurar evidências substantivas para nossas crenças, e de que não há nada mais que possamos fazer para firmar nossas convicções*” (Rorty, 1998: 20).

Para Davidson (2002), discordar da concepção de que a verdade deve ser vista como uma correspondência a uma realidade essencial não significa que devemos abandonar o nosso entendimento sobre as condições de verdade, acreditando que embora não haja espaço para uma teoria epistemológica da verdade, há espaço para uma teoria lógica da verdade<sup>1</sup>.

Já para Rorty (1998), abrir mão de uma teoria de correspondência não significa defender que haja a necessidade de substituí-la por uma nova teoria, e de que a verdade tenha que ser mantida como um objetivo. “*Um objetivo é algo que você pode saber se está se aproximando ou se afastando. Mas, não há como saber a nossa distância da verdade, nem mesmo se nós estamos mais próximos do que os nossos ancestrais estavam*” (Rorty, 1998: 3-4). Retomando o pensamento de John Dewey<sup>2</sup>, o autor defende que não ter mais a verdade como uma meta não significa dizer que não temos outras maneiras de pensar o progresso filosófico: a sua perspectiva vê o progresso como algo estando relacionado ao nosso poder imaginativo. “*Ao invés de perguntarmos se a natureza intrínseca da realidade ainda está em foco, nós deveríamos perguntar se cada uma das numerosas descrições da realidade empregadas em nossas numerosas atividades culturais é*

---

<sup>1</sup> Não pretendo me aprofundar nesta questão, apresento-a de maneira breve como instrumento de interlocução ao pensamento de Rorty sobre o tema.

<sup>2</sup> Rorty refere-se à John Dewey principalmente quanto ao seu trabalho “*Reconstruction in philosophy*” Boston: Beacon Press, 1948.

*a melhor que nós conseguimos imaginar – o melhor meio para os fins objetivados por essas atividades” (Rorty, 1998: 5).*

Rorty afirma que preconizar a imaginação limita-se a oferecer tais respostas vagas e imprecisas, pois ele espera não que o futuro se conforme a um plano, ou satisfaça uma teleologia imanente, mas sim que o futuro nos surpreenda e estimule.

Um aspecto desse tipo de pensamento que pode gerar controvérsia é vê-lo como uma perspectiva que defende ser a melhor descrição dos fatos; de ser uma visão mais verdadeira das coisas. O objetivo dessa reflexão é exatamente se afastar desse tipo de questão, pois seria pouco interessante manter como referência esse ponto de vista, já que o objetivo é superá-lo.

Esta tentativa de superação pode ser melhor compreendida, por exemplo, por meio da tentativa de se criar um vocabulário novo e de superar um vocabulário familiar e consagrado. Um vocabulário novo não se apresenta de forma a tratar e fazer as mesmas coisas que eram feitas com o vocabulário antigo. O novo tem o objetivo de sugerir que façamos novas coisas em superação ao modo antigo.

E é exatamente nesse ponto que Rorty mostra que a sua teoria não está presa nesta controvérsia, pois o seu objetivo não é mais falar da verdade, da natureza intrínseca; e, assim, quer levantar novas questões que não pertencem a tal âmbito de discussão, mas a outro, novo.

Para tal, nesta parte do trabalho, apresento a análise de Rorty sobre a obra de Donald Davidson sobre a filosofia da linguagem, como manifestação do desejo de abandonar de vez a concepção de “natureza intrínseca” e a vontade de enfrentar e compreender a contingência da linguagem que utilizamos.

Rorty decide analisar a perspectiva de Davidson por considerá-la de grande influência para a construção de sua concepção de contingência da linguagem: Davidson rompe com a idéia de que a linguagem é um meio.

O que se tem como meio pode ser compreendido através de uma perspectiva tradicional onde as crenças e desejos não são partes constituintes do sujeito, mas são uma instância fora do mesmo. Nesse tipo de visão existe um “eu” central que decide quais crenças e desejos terá. Essa decisão dá-se a partir de uma avaliação do conteúdo das crenças e desejos pela busca de coerência e, principalmente, por sua correspondência com a realidade.

Uma tentativa de superar tal visão desenvolve-se pela transformação da idéia de um “eu” central (de uma mente), que é substituído pela linguagem, como elemento intermediário, como um meio entre o “eu” e o mundo. Essa virada ainda tem uma limitação, pois a linguagem permanece como um meio entre o ser humano e uma realidade com o qual o “eu” busca estar em contato.

A afirmativa de Davidson de que a linguagem não é um meio nem de expressão nem de representação tem como consequência o abandono da idéia de que tanto o “eu” quanto o mundo possuem uma realidade intrínseca a ser desvelada.

O que Rorty considera importante para sua reflexão é que a linguagem ao invés de ter uma relação de adequação ou de representação com o mundo, ela se desenvolve através de uma relação causal. Assim, os diversos vocabulários alternativos existentes são vistos como instrumentos desenvolvidos para alcançar determinados fins e objetivos.

Contudo, uma ressalva quanto a presente analogia entre vocabulários e instrumentos deve ser feita. Enquanto que um artesão, de maneira geral, sabe o que vai fazer antes de utilizar ou escolher a ferramenta que utilizará, gênios como Galileu, Newton, Hegel, muito provavelmente não sabiam onde iam chegar com suas criações; não sabiam exatamente o que resultaria das invenções dos vocabulários inovadores inventados por eles: *“o seu novo vocabulário torna possível pela primeira vez uma formulação do seu próprio objeto. É um instrumento que não poderia ter sido pensado anteriormente ao desenvolvimento de um conjunto particular de descrições, aquelas que ele próprio ajuda a proporcionar”* (Rorty, 1989:13).

Após esta breve observação, façamos uma distinção entre a idéia dos vocabulários como ferramentas e as visões tradicionais da linguagem.

Em perspectivas mais tradicionais, onde a linguagem não é definida como uma ferramenta, as questões centrais são: “A linguagem que hoje em dia utilizamos é a linguagem correta?”; “A nossa linguagem adequa-se ao mundo?”, “Ela é fiel a verdadeira natureza do eu?”. Tais tipos de questões têm como pressuposição a concepção de linguagem como uma entidade terceira, que tem como função relacionar-se com outras duas unidades: o eu e a realidade. Isso tem como consequência pressuposições tais como entidades pré-linguísticas como “significados, sendo o papel da linguagem exprimi-los; além da idéia da

existência de “fatos” também como entidades pré-linguísticas, tendo a linguagem a função de representá-los. Esse tipo de perspectiva tem como tese central a noção de linguagem como meio.

Em contrapartida, Rorty apresenta e interpreta a concepção de Davidson, que busca se opor a noções tradicionais de “fato” e “significado”, e conseqüentemente, a noção tradicional de linguagem, como sendo uma entidade intermediária, que tem sua função fixa a ser desempenhada.

Em “*A Nice Derangement of Epitaphs*” (Davidson, 1986), Davidson desenvolve o que chama de “teoria da passagem”<sup>3</sup> sobre os ruídos e sinais presentemente produzidos por um ser humano. O que é preciso ser compartilhado entre pessoas para que a comunicação entre elas seja bem sucedida é uma teoria da passagem. A teoria da passagem pode ser compreendida como sendo aquela que o intérprete de fato utiliza para compreender o que está sendo dito por uma pessoa, e é aquela teoria onde quem está se expressando tem como intenção que o intérprete utilize. Somente se houver tal coincidência de teorias (teorias da passagem), ocorrerá um entendimento completo.

Para tornar mais claro, Rorty dá um exemplo onde uma pessoa tenta estabelecer tal “teoria” sobre o comportamento corrente de um nativo de uma cultura exótica, na qual inesperadamente caiu de pára-quedas. O nativo desta cultura, que presumidamente também considera tal pessoa igualmente exótica, de forma simultânea estará buscando desenvolver uma teoria sobre o comportamento dessa pessoa estranha a ele.

Se nesta situação, essas duas pessoas conseguem de alguma maneira se comunicar de forma bem sucedida, isso se deverá ao fato de que as conjecturas e tentativas de compreender o comportamento um do outro conseguiram gerar expectativas que coincidem com os atos, ruídos e sinais de um e de outro. Isso significa dizer que essas pessoas têm como objetivo, pelo comportamento lingüístico de cada uma delas, prever seus atos. O que estão buscando é não serem pegos de surpresa. A comunicação bem sucedida, que pode ser compreendida pela idéia de que essas duas pessoas conseguiram falar a mesma língua (ou compreender a língua uma da outra), dá-se por meio de uma convergência de

---

<sup>3</sup> “*Passing theory*”.

teorias da passagem. O que é preciso para que as pessoas se entendam através da fala é dessa capacidade de convergir suas teorias da passagem.

Essa é uma tentativa de dissolver a fronteira entre conhecer uma linguagem e saber orientar-se no mundo em geral. O ponto central desta concepção é que as teorias da passagem não são guiadas por regras, pois elas estão o tempo todo se modificando na tentativa de abranger dados novos que surgem a todo instante em nosso cotidiano. Não há uma regra que determine uma estrutura bem definida que possa ser compartilhada pelos utilizadores de uma linguagem. A comunicação que ocorre entre os seres humanos através da linguagem se dá a cada momento, sendo constantemente elaborada entre os comunicadores. *“Dizer que é um utilizador da linguagem é apenas dizer que pôr a par os sinais e ruídos que faz e os que nós fazemos é algo que há de mostrar-se ser uma tática útil na previsão e no controle do seu comportamento futuro”* (Rorty, 1989:15).

Porém, como pensar no progresso intelectual do homem desde a ausência de mente no macaco até os dias atuais?

A esta pergunta, muitas respostas podem ser dadas: sob o ponto de vista da neurologia, da biologia etc. No presente estudo, o foco escolhido para trabalhar esta questão é ver a história intelectual como história da metáfora.

Retomando a concepção de Davidson já apresentada na primeira seção, onde o metafórico deferencia-se do literal não por possuir um significado diferente, mas por ser um uso diferente dos ruídos e sinais. *“Os usos literais de ruídos e sinais são os que podemos abordar com as nossas antigas teorias sobre aquilo que as pessoas dirão em várias condições. O seu uso metafórico é aquele que nos leva a desenvolver uma nova teoria”* (Rorty, 1989: 17).

Portanto, o uso literal seria o uso familiar dos nossos ruídos e sinais, ou seja, aquele que possui uma função fixa na linguagem. Já o uso metafórico, seria um uso não familiar de nossos ruídos e sinais, não tendo um lugar fixo na linguagem. Por isso, uma metáfora, porquanto não transmite um uso compartilhado, não oferece nenhum tipo de utilidade para as pessoas. No entanto, se tiver alguma aceitação social, a partir de uma propagação que a torne, de alguma maneira, familiar ou habitual, poderá adquirir algum tipo de serventia.

Deste modo, a distinção entre o uso literal e o uso metafórico não se dá por uma diferença representacional ou de significado, mas pelo papel que desenvolve: o literal não apresenta nada de novo, é aquele utilizado comumente entre as

pessoas. Já o metafórico, é aquele que nos proporciona a possibilidade de desenvolver novos pensamentos e teorias, por meio de um uso não familiar de nossos vocabulários, em razão de ser uma linguagem nova.

Portanto, linguagens que inicialmente não possuem um uso familiar, ou seja, as metáforas, são vistas como uma possível ferramenta, que, ao acaso, possam funcionar melhor para certos fins em comparação a qualquer outra ferramenta utilizada até então. As nossas linguagens, portanto, são o resultado das contingências, ao tornarem literais as metáforas acidentalmente criadas.

Essa perspectiva busca dissolver questões herdadas pela tradição metafísica, que crê em uma natureza de entidades pré-existentes, superiores aos seres humanos, que serve como critério para avaliarmos nossas linguagens.

Esse pensamento é denominado como processo de desdivinização do mundo, por tentar desfazer-se da crença de uma esfera de conhecimento e significação que transcenda o humano. A linguagem, sob esse aspecto, passa a ser unicamente uma construção humana contingente, consequência das nossas necessidade de nos comunicar e aprimorarmos nossos modos de vida.

Logo, um mundo desdivinizado seria aquele em que se abriria mão da procura por fundamentos, abandonando a crença na existência de forças não-humanas como guia, que proporcionariam valores permanentes para as nossas vidas.

Esse processo de desdivinização traz consigo a idéia de que as nossas crenças e linguagens não têm um valor absoluto, mas são apenas relativamente válidas, pois a sua importância está na tentativa de satisfazer as necessidades e os interesses dos homens, de acordo com seu tempo e, por isso, modificam-se no decurso da história.

Assim, as linguagens tornam-se contingências da história e do acaso, não sendo mais tentativas de apreender a verdadeira forma do mundo, localizada numa perspectiva supra-histórica. Perdendo, portanto, a sua função de revelar algo pré-existente ao ser humano. E assim, conclui-se que é desta maneira que podemos compreender o que Rorty defende como contingência da linguagem.

Como continuação ao trabalho acerca do conceito de contingência, o próximo capítulo tratará da questão da contingência do indivíduo.